

INTRODUÇÃO À ECONOMIA URBANA

**Comentário ao livro de António Simões Lopes e de José Pedro Pontes,
ed. Fundação Calouste Gulbenkian**

Apresentação por Tomaz Ponce Dentinho

Ocorreu a 9 de Fevereiro de 2011 o lançamento do livro *Introdução à Economia Urbana* (edição da Fundação Calouste Gulbenkian, 2010), de que foram autores dois membros do Comité Editorial da Revista Portuguesa de Estudos Regionais: os professores António Simões Lopes e José Pedro Pontes. A RPER endereça aos autores as suas congratulações, e transcreve aqui um extracto do discurso do presidente da APDR, Prof. Tomaz Ponce Dentinho, que foi apresentador desta obra.

Estou certo que este livro de *Introdução à Economia Urbana*, da autoria de António Simões Lopes e de José Pedro Pontes, será também uma boa referência para os licenciados em economia, arquitectura, urbanismo, engenharia, ambiente ou sociologia que querem abordar os problemas da urbe e da orbe, mas que ainda não vêm explicitadas as pontes que ligam a economia às restantes ciências que abordam a problemática urbana e regional.

São mais de 450 páginas e outras tantas referências, divididas em cinco capítulos que, para além de um Introdução reveladora, tratam dos fenómenos inter e intra urbanos, do uso do solo e da política urbana. É um livro mesmo para ler, estudar e consultar: i) Para preparar aulas para o primeiro ciclo, explicar e explorar modelos para o segundo ciclo e para enraizar investigações do terceiro ciclo; ii) Para fundamentar e confrontar projectos de investigação, para enraizar análises interdisciplinares, e para perceber fenómenos que o senso comum tem dificuldade em interpretar; iii) Também para apoiar consultorias e decisões de natureza disciplinar e interdisciplinar e, porventura mais importante, para perspectivar cenários consistentes que nos ajudam a criar futuros quer pela transformação informada de ameaças em oportunidades, quer através do redesenho conhecedor de restrições em potencialidades.

Começa pelo reconhecimento, liberdade e respeito pelo pensamento seja de onde vier, explicitando a complementaridade entre os ensinamentos de escolas e paradigmas diferentes. A perspectiva neoclássica que nos indica a definição sábia ou feiticeira de direitos de propriedade para resolver ineficiências. A perspectiva marxista que olha os direitos de propriedade pela óptica das rendas que criam levantando a questão da sua distribuição. E a perspectiva que os autores apontam como 'ética' que reconhece a existência de ineficiências e desequilíbrios que importa abordar, ainda mais evidentes na realidade urbana onde a complementaridade intrínseca entre as suas várias

componentes – usadas, abusadas ou sub-usadas – induzem economias de escala, de localização e de urbanização, claramente elucidadas no livro.

A Economia Urbana trata afinal da integração destas complementaridades intrínsecas, no princípio incontornável da liberdade das pessoas e dos sítios. Integração de aspectos tão importantes e aparentemente tão contraditórios como o transporte nómada e a habitação sedentária; a Urbe local e a Orbe global, o desenvolvimento e a sustentabilidade; o público, o comum e o privado. Entendimentos que, como por magia da escrita deste livro, se libertam dos seus supostos donos disciplinares: o transporte autonomiza-se dos engenheiros; a habitação liberta-se dos arquitectos; a urbe alheia-se dos políticos e a orbe esquece-se os diplomatas; o desenvolvimento desapega-se dos economistas e a sustentabilidade foge dos ambientalistas; os bens públicos deixam de ser propriedade dos socialistas, os bens comuns dos utópicos e os bens privados deixam de pertencer aos liberais. Nunca menosprezemos o poder de um livro! Basta uma ideia real e verificável. Basta ligar o acreditar subjacente à análise com o gesto de desígnio implícito à política, como nos propõem os autores.

O Capítulo 2 trata de perceber a formação de sistemas de cidades que estruturam as regiões numa tentativa de entender a arquitectura da complexidade. Primeiro reverendo os modelos de Christaller-Losh e Beckman em que os princípios da hierarquia urbana, limiares e alcances de actividades e funções são geometricamente interligados. Depois revelam-nos o modelo de Vernon Henderson onde se integra a manifesta possibilidade de especialização produtiva das cidades que acaba por condicionar também a sua dimensão. Fantástico este modelo de Verdon Henderson que dá esperança de libertação da hierarquia a todos os sítios e cidades. Os autores procuram igualmente explicação para os fenómenos históricos da urbanização, sub-urbani-

zação, des-urbanização e re-urbanização e analisam as tentativas de criação de cidades sustentáveis, cidades novas, cidades renovadas e ruralidades urbanizadas.

O Capítulo 3 aborda os aspectos gerais do quadro intra-urbano, exemplificando a sua importância pelo peso de Lisboa e do Porto com 6% do território, mais de metade da população e 2/3 do PIB – o mundo é de facto espinhoso e não plano como nos lembra Phil McCann. E depois descrevem os modelos explicativos do processo urbano: os modelos de oferta (MacDonald), de procura (Czamanski), de crescimento desequilibrado (Baumol) e de causalidade cumulativa (de Krugman, culminando outros). Neste capítulo os autores também analisam o papel dos factores de crescimento urbano: os trabalhadores, os empresários, os bancos; o solo e a cultura criativa como nos lembra Richard Florida.

O Capítulo 4 explica-nos o uso do solo urbano através de modelos bem antigos como o de Von Tunen e de mais recentes como o de Alonso e Muth, até aos modelos da Nova Economia Urbana com raízes nos trabalhos de Solow bem como da sua evolução com a análise do congestionamento dos transportes, da poluição, da afectação de bens públicos e da possibilidade de cidades poli-nucleadas. O capítulo trata ainda do equilíbrio residencial urbano com uma exposição clara do mercado de habitação.

Finalmente, e talvez como um ponto de partida alternativo para iniciar a leitura do livro, temos o Capítulo 5 que começa por enumerar a multiplicidades de interesses também conflituais associados à cidade e a tipologia das políticas urbanas que integram incentivos a sectores, criação de infra-estruturas, apoio aos investimentos privados, políticas de mobilidade de trabalho e políticas de educação. Analisa-se ainda de forma substanciada as políticas de solos urbanos e descrevem com pedagogia o Modelo de Tiebout que explica como as migrações podem ser um voto de longo prazo dos interessados e a Doença de Baumol que justifica a tendência para as cidades apostarem nos sectores menos produtivos de bens não transaccionáveis. Fala-se ainda dos problemas inerentes às políticas de transportes, de habitação e de governação local e regional.

O livro estabelece muitas pontes com as outras ciências que se dedicam às questões do espaço, chamemos-lhe território, ambiente, paisagem, solo, terra,... o facto é que se trata da realidade, que todos estamos interessados em conhecer melhor, também através da ciência, neste caso da ciência regional.

- Com os Modelos de Desenvolvimento Regional de Procura, de oferta, de desequilíbrio e de causalidade cumulativa podemos perceber que talvez haja regiões e cidades em que eles se adequam mais do que a outras. Os modelos de procura funcionam muito bem para regiões dependentes e explicitam claramente o grau de dependência. Com os modelos de oferta entende-se a armadilha de pobreza das cidades excluídas. Com os modelos de desequilíbrio percebe-se a parte do valor acrescentado que se retém na região e aquela que as

distorções de mercado ao longo das cadeias de valor levam para regiões mais centrais; e com os modelos de causalidade cumulativa explica-se o desenvolvimento das regiões centrais. O desafio é a criação de modelos que enquadrem as várias situações.

- Com a ponte entre os modelos teóricos e os modelos operacionais, através do Modelo de Lowry, apresentado no Capítulo 4, podemos desenvolver modelos de interacção espacial ligados ao uso do solo e dos recursos naturais, interligá-lo com modelos Input-Output e evoluir para modelos de equilíbrio geral, também ligados ao uso de recursos.
- No que se refere à política, ao admitirmos que desenvolvimento é acesso – como fazem os autores – permite-nos perguntar que políticas de desenvolvimento regional seriam explicitadas com outras definições de desenvolvimento? – Se o desenvolvimento fosse o aumento da capacidade criativa das pessoas e dos sítios; – Se o desenvolvimento fosse o aumento dos bens e serviços transaccionados no mercado excluindo os bens e serviços a que temos acesso sem o jogo do mercado. – Se o desenvolvimento regional tivesse apenas a ver com medidas de equidade ou de sustentabilidade.

O livro dá fundamento a muitas questões actuais e não quero deixar de passar a oportunidade e relativa responsabilidade deste púlpito para levantar algumas dessas questões.

- 1) Se, como explica o gráfico da página 80 as cidades podem ter várias dimensões críticas, definidas pela lógica da sua evolução, como evitar a irracionalidade da cidade de custo médio mínimo pensável por quem não pensa ou reagir à tragédia da expansão das infra-estruturas urbanas limitadas pelo local onde o custo médio é igual ao benefício médio? Dito de outra forma que regra é possível criar para que o Custo Marginal da Cidade seja igual ao Benefício Marginal da mesma?
- 2) Se a definição de direitos de propriedade implica a criação de rendas e se essas rendas têm efeitos multiplicadores de rendimento espacialmente demarcados, que fazer para que a distribuição de tais rendas tenham um impacto sustentável no desenvolvimento de cada sítio?
- 3) Se as habitações representam um peso muito significativo do capital existente e dos empréstimos bancários e se esse valor é fortemente condicionado pelo custo de transporte como evitar o impacto das variações do custo de transporte associados às mudanças do preço do petróleo não só no funcionamento dos mercados financeiros mas também na sustentabilidade das franjas suburbanas?
- 4) Como evitar a Doença de Baumol, segundo a qual as cidades tendem a apostar na produção de bens não transaccionáveis e com menor produtividade, nomeadamente em cidades menos desenvolvidas e dependentes de apoios externos onde aquela doença é potencialmente agravada?
- 5) Como redefinir a tributação local uma vez ultrapassado o problema do custo de cobrança descentralizada de impostos através das novas tecnologias da informação?

Antes de terminar gostaria de lembrar aqui a importância deste livro para a Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional e para a Regional Science Association International. O que a APDR faz é organizar encontros científicos, publicar a *Revista Portuguesa de Desenvolvimento Regional* e promover a edição de livros de Ciência Regional. O objectivo é promover e divulgar o conhecimento sobre as actividades humanas que ocorrem no espaço, para promover o desenvolvimento das pessoas e dos sítios. Com este livro escrito pelos nossos colegas e publicado pela Fundação Calouste Gulbenkian sentimos um apoio enorme na nossa actividade, não só porque o livro preenche uma lacuna que há muito se fazia sentir em Portugal mas

também porque serve de raiz a muitos outros contributos que possam surgir no âmbito da economia urbana.

O que a RSAI faz é potenciar as economias de escala da ciência regional ao nível global. E para o cumprimento desta função o aparecimento de um livro de economia urbana escrito em português permite vivificar só por si todo o mundo que fala a nossa língua e também aqueles que a entendem pela leitura. A sede da RSAI passou de Inglaterra para Portugal também para que se cumpra a difusão da Ciência Regional em África e na América Latina e este livro é um contributo enorme para este sonho. Sonho de resolver problemas bem concretos como os que ocorrem nas cidades dos países de África e da América do Sul.